



**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**  
**DA 5ª REUNIÃO DO GRUPO DE**  
**TRABALHO CONSTITUÍDO NO**  
**ÂMBITO DO CNPS COM OBJETIVO**  
**DE DISCUTIR PROPOSTAS DE**  
**ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO**  
**CNPS Nº 1.316/2010**

Brasília, 22 de Abril de 2015

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Bloco F, sala 714, teve início à 5ª Reunião do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do CNPS com objetivo de discutir propostas de alteração da Resolução CNPS nº 1.316/2010. Fizeram-se presentes os senhores: Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS); Rafael Ernesto Kieckbush (CNI); Paulo Cesar Andrade Almeida (CGSAT); Plínio Pavão (CUT); Antonio Cortez Moraes (Força Sindical); Manoel Jardim Monteiro (CNF); Frederico Toledo Melo e Vania Ataídes (CNA). O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) declarou aberta a reunião, saudou os presentes e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ele disse que esta reunião objetiva retomar as propostas de adequação do FAP, ou seja, analisar o arrazoado feito pelo Ministério de Previdência Social no segundo semestre do ano de 2014. Disse ainda, ser necessário aprofundar nos pontos de consenso e, por fim, disse que caso seja necessária à inclusão a novas propostas, o Ministério de Previdência Social está aberto para acolhê-las. Disse ainda, ser indispensável pensar em outra metodologia para o *bônus e malus*. Sugeriu ao grupo sair com decisão dos pontos a serem trabalhados, objetivando apresentar na reunião do CNPS no dia 23/04/2015. Na continuidade, ele informou ter outra agenda para tratar e, de imediato passou a condução da reunião ao Sr. Paulo César Andrade Almeida (CGSAT/MPS). O Sr. Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) questionou se o grupo já havia tomado conhecimento da alteração da RE no STF? Sugeriu que essa ação fosse verificada. O Sr. Plínio Pavão (CUT) referiu-se ao não avanço das propostas por parte da bancada empresarial e indagou se havia algum avanço em algumas das propostas. Em resposta, o Sr. Paulo César Andrade Almeida (CGSAT/MPS) disse que não, contudo há expectativa que as bancadas apresentem outras propostas no decorrer dos encontros desse GT. Em seguida, o Sr. Paulo Cesar Andrade Almeida (CGSAT/MPS) apresentou o histórico das discussões no CNPS em 2014. As propostas estão assim estabelecidas: Cálculo do FAP por Empresa x por Estabelecimento; Exclusão dos acidentes de trabalho sem concessão de benefícios; Exclusão dos acidentes de trajeto; Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de morte ou de invalidez; Exclusão da redução de 25% do FAP calculado na faixa malus; Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de taxa média de rotatividade maior que 75%. Os representantes do Ministério de Previdência Social participaram do Seminário sobre FAP e SAT - Impactos Sociais e o Papel do Movimento Sindical – Força Sindical no dia 11/02/2015 em São Paulo. A seguir, o Sr. Paulo César Andrade Almeida (CGSAT/MPS) apresentou o encaminhamento dado na 212ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 15/12/2014, a saber:

Encaminhamento: Retomada da discussão do assunto em 2015, com definição de agenda de debates por parte das entidades representativas, de modo a submeter à votação as propostas de mudanças do FAP, até outubro de 2015, para efeitos no cálculo em 2016 e repercussão em 2017. Feito isto, o grupo debruçou-se sobre as proposituras e debateram as ações, o Sr. Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) disse ser imprescindível trazer para debate a questão do enfileiramento, contudo é preciso pensar em estratégias de forma a conduzir os trabalhos; consenso, descenso dos 6 itens; Previdência fazer compilação dos consensos do grupo no decorrer das reuniões. O grupo definiu reunir-se um dia antes da reunião do CNPS, a fim de debater e levar as decisões para o citado Conselho. O Sr. Paulo César informou que encaminharia consulta à Consultoria Jurídica do MPS acerca da possibilidade de publicação do FAP por estabelecimento em decorrência dos entendimentos do STJ, PGFN e RFB acerca da atribuição do grau de risco do SAT por estabelecimento. O Sr. Plínio Pavão (CUT) disse que no seu entendimento a proposta inicial do FAP foi desvirtuada, portanto é preciso retomar o modelo 664 e que a CUT é contra terceirização da perícia médica. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Paulo César Andrade Almeida (CGSAT/MPS) finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos.

Brasília, 22 de abril de 2015.